

Cenário Aumento do número de produtos e interesse do mercado ainda contrastam com limitações técnicas, jurídicas e estruturais

Paramétrico avança em meio a desafios de escala e confiança

Michele Loureiro
Para o Valor, de São Paulo

O seguro paramétrico, modalidade na qual a indenização é paga com base na intensidade de um evento pré-definido e não na avaliação de prejuízos reais, avança no Brasil sem consenso sobre seu estágio de maturidade e ainda focado no mercado agrícola. Segundo a Superintendência de Seguros Privados (Susep), os produtos paramétricos para o campo passaram de quatro, em 2020, para 14 atualmente — um crescimento de 250% no período. Segundo o Observatório do Seguro Rural da FGV Agro, em 2025, foram contratadas cerca de 160 apólices, cobrindo aproximadamente 11,9 mil hectares e mais de R\$ 41 milhões em valor segurado, praticamente o dobro da área do ano anterior. Ainda assim, o mercado permanece pequeno diante da dimensão do agronegócio. “O Brasil está em uma fase de consolidação inicial, não mais piloto, mas ainda longe de escala”, afirma Pedro Loyola, coordenador adjunto do observatório.

Diferentemente do seguro tradicional, que depende da comprovação de perdas após vistoria, o paramétrico aciona o pagamento a partir de gatilhos objetivos, como índices de chuva, temperatura ou velocidade do vento. Essa lógica re-

duz custos operacionais, aumenta a previsibilidade e acelera a indenização, atributos que explicam o interesse crescente do mercado. Apesar da eficiência operacional, o modelo exige maior confiança nos dados e na estrutura contratual.

Embora tradicionalmente associado ao agronegócio, o interesse pelo produto tem se ampliado para outros segmentos, especialmente após eventos recentes. “Os episódios no Rio Grande do Sul despertaram um interesse crescente por coberturas paramétricas voltadas a enchentes e excesso de chuvas”, diz Guilherme Perondi Neto, head de Ibero-América, Oriente Médio e África da Swiss Re Corporate Solutions.

O desenvolvimento dessas soluções exige alto grau de customização e o modelo já vem sendo aplicado em setores como energia, telecomunicações, construção civil, hotelaria e clientes públicos, mas depende de um processo de estruturação ajustado individualmente. “Cada solução precisa ser desenhada a partir de uma necessidade

11,9 mil hectares de seguro paramétrico foram contratados em 2025

específica, com diálogo próximo entre seguradoras, corretores e clientes”, diz Perondi.

Para ele, a principal vantagem do modelo está na rapidez do pagamento. Ao dispensar a perícia tradicional, a indenização é acionada automaticamente quando o parâmetro definido em contrato é atingido. Esse fator é decisivo em cenários de desastre, nos quais a liquidez imediata pode apoiar a resposta emergencial, a recuperação de infraestrutura e a continuidade das atividades econômicas.

A experiência internacional reforça esse potencial. “Globalmente, existem cerca de mil programas de catástrofes em mais de 90 países, a maioria baseada em soluções paramétricas”, observa Perondi. Apesar do avanço, o Brasil ainda apresenta espaço relevante para evolução, especialmente na adaptação das estruturas às especificidades locais. “A realização de projetos-piloto em parceria com o setor público pode ajudar a mostrar na prática a eficácia das soluções e construir maior confiança”, diz.

A trajetória recente da Sombro Seguradora ilustra como o produto vem avançando na prática, ainda que em bases reduzidas. A companhia iniciou sua atuação no segmento em 2023, com um projeto-piloto de 19 apólices no Rio Grande do Sul, ampliado no ano seguinte para cerca de 250 contra-

tos em São Paulo. O valor de produção agrícola coberto pelas apólices da companhia saltou de cerca de R\$ 700 mil para R\$ 147 milhões.

Segundo Marcio Rios, sócio-fundador da Sombro, o avanço está diretamente ligado à capacidade do modelo em alcançar áreas onde o seguro tradicional não opera, seja por limitações de escala, perfil produtivo ou custo. “Boa parte da área plantada do Brasil, de mais de 80 milhões de hectares, não conta com seguro. O paramétrico consegue entrar nesses espaços e ampliar a proteção, muitas vezes sendo a única alternativa disponível para o produtor”, afirma.

Grandes grupos têm adotado uma abordagem mais cautelosa, priorizando o refinamento técnico antes de avançar para a escala. Na Mapfre, o seguro paramétrico é tratado como uma peça estratégica. “Enxergamos como um instrumento de resiliência climática essencial para complementar o portfólio tradicional”, ressalta Fabio Damasceno, diretor de seguro rural da companhia.

Segundo ele, a seguradora ainda está em fase final de calibração de modelos e testes com parceiros tecnológicos, com foco em garantir previsibilidade antes de ampliar a oferta. “Para massificar, os modelos precisam ser simples, mas a simplificação excessiva pode gerar frustração e a per-



Camila Prado, do Demarest: produto exige esforço adicional de transparência

cepção de que o produto não funciona em anos atípicos”, diz.

O executivo da Mapfre destaca que a correlação entre índice e perda econômica segue como um dos principais entraves à expansão sustentável, especialmente em um contexto de mudanças climáticas, em que o histórico de dados nem sempre reflete a intensidade e a frequência dos eventos recentes. “O paramétrico não é apenas um seguro, mas um instrumento de adaptação climática que protege o fluxo de caixa e reduz impactos econômicos imediatos”, avalia Damasceno.

No centro do debate do ganho de escala está o chamado risco de base — quando o índice utilizado não reflete com precisão a perda do segurado. A mitigação passa por maior qualidade de dados, modelagem estatística mais sofisticada e ajustes finos nos gatilhos, além de um ponto menos técnico, mas decisivo: a comunicação. “Explicar o seguro paramétrico não é trivial, e muitos conflitos decorrem de

expectativas mal alinhadas”, afirma o executivo da Mapfre.

A dificuldade de compreensão do produto também aparece no campo jurídico, sobretudo pela mudança estrutural na definição de sinistro. Para a advogada Camila Prado, sócia do escritório Demarest, o risco de base torna-se inerente e pode resultar tanto em prejuízo sem pagamento quanto em indenização sem perda relevante, o que exige maior clareza na redação das apólices. “É preciso um esforço adicional de transparência para reduzir disputas e alinhar expectativas dos segurados”, diz.

O advogado Marcelo Mansur, do escritório Mattos Filho, avalia que não há ruptura jurídica estrutural no modelo. “Eventuais questionamentos podem ser mitigados com contratos bem estruturados e escolha adequada dos índices”, afirma. Para ele, a expansão tende a ser favorecida por maior flexibilidade na modelagem. “Quanto mais liberdade houver para estruturar o produto, melhor”, completa.

Clima encarece prêmios e muda lógica do resseguro

André Tomazela
Para o Valor, de São Paulo

Eventos climáticos extremos já provocaram perdas de R\$ 184 bilhões no Brasil entre 2022 e 2024, o equivalente a cerca de R\$ 60 bilhões ao ano, segundo a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg). Esse cenário vem pressionando o setor de seguros, com impactos sobre preços, cobertura e aceitação de risco, além do custo e da capacidade do resseguro.

Apesar do volume e da incidência dos eventos, a cobertura securitária é baixa no país. Em média, apenas 9% das perdas estão seguradas, contra 20% a 55% em países desenvolvidos, o que implica uma lacuna de proteção de 91%, diz a CNSeg. Além disso, a cobertura varia regionalmente: 17% no Sudeste, 2% no Nordeste e 0,2% no Norte.

Para Cláudia Prates, diretora de sustentabilidade da entidade, a baixa penetração reduz a resiliência econômica, já que menos recursos privados entram na reconstrução após os desastres. “Quanto maior a base de segurados, maior a capacidade de distribuição de risco e menor a pressão sobre os preços”, diz.

Do lado das seguradoras, a resposta tem sido uma modelagem mais dinâmica. De acordo com Rodrigo Curi, superintendente de subscrição e precificação da Brasilseg, a análise do prêmio passou a incorporar maior granularidade e uso intensivo de dados, com impacto direto sobre a alocação de capital e a gestão de risco das companhias. “A precificação deixou de ser estática e passou a ser dinâmica, acompanhando a evolução das condições de risco”.



Rodrigo Curi, da seguradora Brasilseg

Segundo Thereza Moreno, conselheira no mercado segurador e ressegurador, a frequência e a severidade dos eventos climáticos levaram à reprecificação e à revisão da tolerância a risco das companhias, com a incorporação de ex-

pectativas futuras nas análises. Ela cita que seguradoras saíram de ramos como o rural, mais exposto ao clima, para linhas tidas como menos arriscadas. O impacto aparece nos números. Em 2024, cerca de 12% dos sinistros pagos estavam relacionados a eventos climáticos, o que representa cerca de R\$ 7,3 bilhões, segundo a CNSeg.

Para Rafael Ramalho, vice-presidente de auto, vida e massificados do Grupo HDI, a concentração temporal dos eventos, que passaram a afetar regiões inteiras simultaneamente, elevou a complexidade da subscrição. Na prática, isso se traduziu em portfólios robustos, com coberturas para vendaval, queda de raios e serviços preventivos como inspeção de telhados e limpeza de calhas. “Hoje, olhamos com mais cuidado fatores como localização, histórico de eventos e

capacidade de mitigação do cliente. Isso não significa deixar de aceitar riscos, mas entendê-los melhor e estruturar soluções adequadas para cada situação”, afirma.

Na mesma linha, revisões de franquia em eventos mais recorrentes podem ocorrer de forma pontual, para compartilhar melhor o risco e incentivar a prevenção. Em 2025, incêndios florestais, tempestades severas e enchentes responderam por 92% das perdas seguradas globais, equivalentes a US\$ 107 bilhões, de acordo com Juliana Alves, líder de mercado da Swiss Re para o Brasil e o Cone Sul.

As perdas seguradas, diz Alves, avançam entre 5% e 7% ao ano em termos reais, impulsionadas pela dinâmica climática, maior exposição e concentração de ativos. No Brasil, os danos totais chegaram a aproximadamente US\$ 5,4

bilhões. Para ela, o ambiente atual já afeta o custo e a capacidade do resseguro. A combinação de frequência de eventos e concentração de ativos segue elevando os preços, e o mercado passou a operar com maior seletividade e disciplina na precificação.

No Brasil, a lacuna de proteção é estimada em R\$ 421 bilhões, segundo Marcos Falcão, CEO do IRB(Re). Mais de R\$ 1 trilhão em bens públicos, como estradas e hospitais, não têm cobertura securitária, ampliando a dependência de recursos públicos após desastres. Esse déficit cresce cerca de 20% ao ano, acima do avanço do mercado segurador, estimado em 12%. No caso do IRB(Re), o limite de cobertura contra catástrofes no Brasil foi elevado de R\$ 700 milhões para mais de R\$ 1 bilhão, com a inclusão de novos riscos.

Menos proteção e mais riscos no campo

Asdrúbal Figueiró
Para o Valor, de São Paulo

Apesar de ser o motor do crescimento da economia brasileira nos últimos anos, o agronegócio está cada vez mais desprotegido. No ano passado, a área plantada coberta pelo seguro rural, o principal mecanismo de proteção ao produtor, foi de apenas 3,2 milhões de hectares. Trata-se de menos da metade dos 7,1 milhões de hectares de 2024 e mais de 75% menor do que o recorde histórico de 2021, segundo dados do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), gerido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Em termos relativos, a queda foi ainda maior, já que entre 2021 e 2025 a área de cultivo subiu de 83,9 milhões para 97,8 milhões de hectares. Com isso, nesse período, a parcela da área segurada caiu de 16,3% para 3,3%. Para este ano, a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) estima uma queda de 3,9% na arrecadação com o instrumento. A redução da contratação do seguro rural é atribuída por representantes do setor, e pelo próprio governo,

à queda nos repasses da subvenção federal. Em 2025, o governo liberou R\$ 565,3 milhões ao PSR — 46% menos do que em 2024.

Para Leila Harfuch, sócia-gerente da consultoria Agroicone, a queda do subsídio é a principal causa, mas não a única. “O seguro é visto como um custo pelo produtor. Quando você tem margens mais apertadas, combinadas ao alto custo de acesso ao crédito, ele vê o seguro muito elevado em seu orçamento. Na nossa visão, isso chega a ser um equívoco, porque o seguro é justamente para proteger a renda”, afirma.

A retração da contratação de seguro no campo ocorre apesar do aumento do risco provocado pelas mudanças climáticas. Segundo a CNSeg, as perdas com eventos cli-

máticos extremos no Brasil chegaram a cerca de R\$ 60 bilhões, e o setor agrícola foi um dos mais prejudicados. “Essa é a nossa grande preocupação”, diz Renato Buranello, vice-presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

Para tentar reverter esse quadro, os produtores contam com a aprovação do Projeto de Lei 2951/2024, da senadora Tereza Cristina (PP-MS). A proposta torna obrigatória a execução da verba prevista para o PSR no orçamento federal. No passado, por exemplo, do orçamento de R\$ 1,06 bilhão, R\$ 445 milhões, ou 42%, foram bloqueados, como parte do esforço do governo para reduzir o déficit fiscal. Além de tornar a execução do orçamento do PSR obrigatória, o PL estabelece que os produtores que contratarem o seguro rural terão direito a taxas de juros menores. O texto também prevê a criação de um fundo para catástrofes climáticas.

O projeto foi aprovado pelo Senado no fim do ano e deve ser votado em breve na Câmara. O relator é o deputado Pedro Lupion (Republicanos-PR), que já disse que manterá o texto com o mínimo de alterações, para evitar a volta ao Senado. A proposta é vista pelo Mapa

como uma “iniciativa positiva”.

A ideia de tornar obrigatória a execução do orçamento do PSR também conta com o apoio da pasta. “O ciclo produtivo não pode ficar condicionado a decisões orçamentárias, visto ser fundamental garantir um nível mínimo de previsibilidade”, diz Guilherme Campos, secretário de Política Agrícola do Mapa.

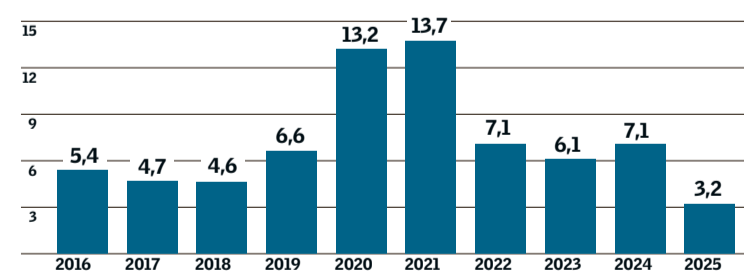
O ministério também defende a vinculação entre a contratação do seguro rural e o acesso ao crédito com juros subsidiados. A proposta, em análise pela pasta, prevê que produtores que acessam crédito com taxas subsidiadas passem a contratar obrigatoriamente o seguro rural, com subvenção também no prêmio. Segundo Campos, a iniciativa visa trazer “mais segurança para todo o ecossistema de financiamento do Plano Safra”.

A vinculação entre seguro e financiamento, porém, é vista com cautela pelo setor. “Não estamos ainda preparados para esse momento”, alega Guilherme Rios, assessor técnico em política agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Segundo ele, não há no mercado instrumentos de seguro adequados à

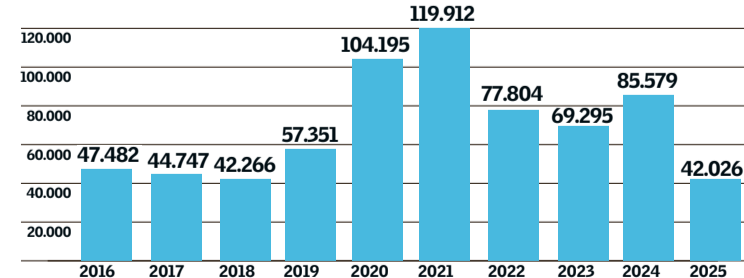
Em queda

Área com cobertura é a menor em dez anos

Área coberta - em milhões de hectares*



Número de produtores segurados*



Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária/Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

* Seguros contratados no âmbito do PSR

produção de algumas regiões do país e para algumas culturas, especialmente de frutas. “Se a gente fizer a obrigatoriedade, vai excluir esse produtor do mercado de crédito ou forçá-lo a contratar um seguro que não o atende”, observa.

A baixa penetração do seguro rural, por outro lado, é vista como oportunidade a médio e longo prazo pelas seguradoras. A Somp-

atua nesse segmento desde 2019 e, no ano passado, chegou ao sexto lugar no ranking setorial, com a emissão de R\$ 121 milhões em prêmios de seguro agrícola. “Apesar do cenário desafiador, já registramos R\$ 40 milhões em prêmios emitidos nos três primeiros meses de 2026”, diz Felipe Prado Ribeiro, diretor responsável pela área de seguro agrícola da empresa.

“O ciclo produtivo não pode ficar condicionado a decisões orçamentárias”
Guilherme Campos